

# II Ciclo Formativo

Nº	Temática	Foco da temática	Data
1	<b>Políticas Públicas, Legislação Educacional e Gestão Democrática e Participativa</b>	O Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Municipais de Educação (PME): metas, estratégias e responsabilidades dos entes federados.	<b>03/mar</b>
		Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Conselhos Municipais de Educação e demais instâncias de participação social.	
2.	<b>Gestão Pedagógica e Curricular</b>	Gestão por resultados e melhoria contínua das aprendizagens	<b>07/abr</b>
3.	<b>Gestão de Pessoas, Equipes e Liderança</b>	Liderança educacional estratégica: motivação, engajamento e desenvolvimento de equipes.	<b>05/mai</b>
4.	<b>Planejamento, Monitoramento e Avaliação</b>	Planejamento estratégico como instrumento de gestão e melhoria da qualidade educacional.	<b>02/jun</b>
5.	<b>Gestão de Programas: Educação Integral e Tempo Integral</b>	Planejamento, implementação e acompanhamento de políticas municipais de educação integral.	<b>07/jul</b>

<b>Nº</b>	<b>Temática</b>	<b>Foco da temática</b>	<b>Data</b>
6.	<b>Inovação, Tecnologias Educacionais e Gestão Digital</b>	Uso estratégico de plataformas digitais e tecnologias educacionais para apoio ao ensino e à gestão.	<b>21/jul</b>
7.	<b>Equidade, Diversidade e Inclusão na Educação</b>	Práticas pedagógicas inclusivas e garantia de acesso, permanência e aprendizagem para todos.	<b>04/ago</b>
8.	<b>Gestão de Recursos Financeiros, Materiais e Infraestrutura</b>	Gestão de contratos, compras públicas, infraestrutura escolar e logística educacional.	<b>01/set</b>
9.	<b>Articulação Intersetorial e Parcerias</b>	Parcerias com universidades, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil e setor produtivo.	<b>06/out</b>
10	<b>Gestão do Cuidado Humano</b>	Estratégias de cuidado, acolhimento e humanização das relações institucionais.	<b>10/nov</b>

# 1. Políticas Públicas, Legislação Educacional e Gestão Democrática e Participativa

A consolidação de políticas públicas educacionais exige o fortalecimento de uma gestão democrática e participativa, fundamentada na legislação vigente e no compromisso com a garantia do direito à educação de qualidade social. Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Municipais de Educação (PME) constituem instrumentos estruturantes do planejamento educacional, ao definirem metas, estratégias e responsabilidades compartilhadas entre União, estados e municípios, orientando a organização dos sistemas de ensino e a implementação de políticas públicas alinhadas às necessidades locais.

# 1. Políticas Públicas, Legislação Educacional e Gestão Democrática e Participativa

A efetivação dessas diretrizes demanda processos de gestão que assegurem a participação social, a transparência e o controle público, princípios que sustentam a gestão democrática, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Nesse sentido, o fortalecimento dos Conselhos Escolares, dos Conselhos Municipais de Educação e de outras instâncias colegiadas é essencial para ampliar o diálogo entre poder público e comunidade, garantindo a escuta, a corresponsabilidade e a construção coletiva das decisões educacionais.

## 2. Gestão Pedagógica e Curricular

A gestão pedagógica e curricular constitui o eixo central da qualidade da educação, pois orienta a organização do trabalho pedagógico, a efetivação do currículo e a garantia das aprendizagens de todos os estudantes. Nesse contexto, a adoção de uma gestão por resultados, compreendida de forma crítica e formativa, possibilita o acompanhamento sistemático dos indicadores educacionais, subsidiando a tomada de decisões e a implementação de estratégias voltadas à melhoria contínua do ensino e da aprendizagem.

## 2. Gestão Pedagógica e Curricular

Alinhada aos princípios da equidade e da qualidade social, a gestão pedagógica requer o desenvolvimento de programas, ações e práticas que considerem as diferentes realidades dos estudantes, assegurando o direito de aprender a todos, com especial atenção àqueles em situação de maior vulnerabilidade. O uso pedagógico de dados, a avaliação diagnóstica e formativa, o planejamento colaborativo e o acompanhamento das práticas docentes são fundamentais para promover avanços consistentes nos resultados educacionais, sem perder de vista a formação integral dos sujeitos.

## 3. Gestão de Pessoas, Equipes e Liderança

A gestão de pessoas, equipes e liderança constitui dimensão estratégica para o fortalecimento da gestão pública educacional, uma vez que a qualidade das políticas e práticas implementadas está diretamente relacionada ao engajamento, à valorização e ao desenvolvimento dos profissionais da educação. No âmbito da Secretaria de Educação, o exercício de uma liderança educacional estratégica é fundamental para mobilizar equipes, alinhar propósitos institucionais e promover uma cultura organizacional orientada à aprendizagem, à colaboração e à melhoria contínua.

## 3. Gestão de Pessoas, Equipes e Liderança

Nesse contexto, a liderança do(a) Secretário(a) de Educação assume papel central na construção de um ambiente de trabalho saudável, pautado no diálogo, na escuta ativa, na transparência e no reconhecimento dos profissionais. A promoção de um clima organizacional positivo favorece o fortalecimento dos vínculos, o comprometimento com as metas educacionais e a corresponsabilidade na implementação das políticas públicas, impactando diretamente a qualidade do ensino ofertado.

## 4. Planejamento, Monitoramento e Avaliação

O planejamento, o monitoramento e a avaliação constituem dimensões essenciais da gestão pública educacional, uma vez que orientam a organização das políticas, programas e ações voltadas à garantia do direito à educação com qualidade social e equidade. O planejamento estratégico, nesse contexto, configura-se como instrumento fundamental para a definição de prioridades, metas e estratégias, articulando o Projeto Educativo da Rede às diretrizes das políticas públicas educacionais.

## 4. Planejamento, Monitoramento e Avaliação

A utilização de indicadores educacionais qualificados possibilita o acompanhamento sistemático dos resultados, subsidiando a tomada de decisões e a reorientação das ações com base em evidências. O monitoramento contínuo e a avaliação formativa das políticas e práticas educacionais permitem identificar avanços, desafios e desigualdades, contribuindo para o aprimoramento das estratégias e para a promoção da melhoria contínua das aprendizagens.

## 5. Gestão de Programas: Educação Integral e Tempo Integral

A gestão de programas voltados à Educação Integral e à ampliação da jornada escolar em tempo integral constitui estratégia fundamental para a garantia do desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens, articulando dimensões cognitivas, sociais, emocionais, culturais e físicas. Nesse contexto, o planejamento, a implementação e o acompanhamento de políticas municipais de educação integral exigem uma atuação sistêmica da gestão pública, alinhada às diretrizes nacionais, aos Planos de Educação e às especificidades do território.

## **5. Gestão de Programas: Educação Integral e Tempo Integral**

A educação integral, compreendida para além da ampliação do tempo, pressupõe a qualificação das práticas pedagógicas, a diversificação de experiências formativas e a integração entre escola, comunidade e demais políticas públicas, como saúde, assistência social, cultura e esporte. Assim, o planejamento dessas políticas deve considerar a organização curricular, os espaços educativos, a formação dos profissionais, o financiamento e a articulação intersetorial, garantindo condições efetivas para sua implementação.

## 6. Inovação, Tecnologias Educacionais e Gestão Digital

A incorporação da inovação, das tecnologias educacionais e da gestão digital na educação pública constitui elemento estratégico para qualificar os processos de ensino, aprendizagem e gestão, ampliando o acesso, a equidade e a eficiência das políticas educacionais.

## 6. Inovação, Tecnologias Educacionais e Gestão Digital

No âmbito da gestão, as tecnologias digitais contribuem para o aprimoramento dos processos administrativos, o acompanhamento de indicadores educacionais, a organização de dados e a tomada de decisões baseada em evidências, promovendo maior transparência, agilidade e efetividade na implementação das políticas públicas. A gestão digital, portanto, fortalece a integração entre as unidades escolares e a Secretaria de Educação, potencializando o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações educacionais.

## 6. Inovação, Tecnologias Educacionais e Gestão Digital

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua dimensão voltada à Computação, orienta o desenvolvimento de competências relacionadas ao pensamento computacional, à cultura digital e ao uso crítico e responsável das tecnologias, preparando os estudantes para atuar de forma ética, criativa e protagonista na sociedade contemporânea.

## 7. Equidade, Diversidade e Inclusão na Educação

A promoção da equidade, da diversidade e da inclusão na educação constitui princípio fundamental para a garantia do direito de todos à aprendizagem. Nesse contexto, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas exige o reconhecimento das singularidades dos estudantes, respeitando suas diferenças e assegurando condições efetivas de acesso, permanência, participação e aprendizagem com qualidade social.

## 7. Equidade, Diversidade e Inclusão na Educação

A Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, articulada às diretrizes nacionais e estaduais, orienta a organização dos sistemas de ensino para o atendimento das necessidades educacionais específicas, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação continuada dos profissionais, a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica, bem como a disponibilização de recursos e serviços de apoio. Essa abordagem pressupõe a construção de ambientes educacionais acolhedores, que valorizem a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

## 8. Gestão de Recursos Financeiros, Materiais e Infraestrutura

A gestão de recursos financeiros, materiais e de infraestrutura constitui dimensão estratégica da gestão pública educacional, sendo fundamental para assegurar condições adequadas ao funcionamento das unidades escolares e à efetivação das políticas educacionais. A aplicação eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos, em conformidade com a legislação vigente, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as normas de compras públicas, contribui para a garantia da qualidade social da educação e para o fortalecimento da confiança da sociedade na gestão pública.

## 8. Gestão de Recursos Financeiros, Materiais e Infraestrutura

Nesse contexto, a gestão de contratos e dos processos de aquisição de bens e serviços demanda planejamento, controle e acompanhamento contínuo, de modo a garantir economicidade, eficiência e atendimento às necessidades pedagógicas e administrativas da rede de ensino. A organização da infraestrutura escolar, com espaços adequados, seguros, acessíveis e acolhedores, bem como a logística educacional, que envolve transporte escolar, alimentação, distribuição de materiais e manutenção predial, são elementos essenciais para assegurar o acesso, a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes.

## 9. Articulação Intersetorial e Parceiros

A articulação intersetorial e o estabelecimento de parcerias estratégicas constituem elementos fundamentais para o fortalecimento da gestão pública educacional e para a ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes. A complexidade dos desafios educacionais contemporâneos exige ações integradas entre diferentes políticas públicas, como educação, saúde, assistência social, cultura e esporte, bem como a cooperação com instituições externas que possam contribuir com conhecimentos, recursos e experiências qualificadas.

## 9. Articulação Intersetorial e Parceiros

Nesse contexto, as parcerias com universidades, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil e o setor produtivo potencializam a implementação de políticas educacionais inovadoras, baseadas em evidências e alinhadas às demandas do território. Essas articulações favorecem a formação continuada dos profissionais da educação, o desenvolvimento de projetos pedagógicos, a produção de conhecimento e a incorporação de práticas que ampliam a qualidade e a equidade do ensino.

## 10. Gestão do Cuidado Humano

A gestão do cuidado humano configura-se como dimensão essencial da gestão pública educacional, ao reconhecer que as relações humanas são o fundamento do trabalho educativo e da construção de ambientes institucionais saudáveis, acolhedores e potentes. Em um contexto marcado por desafios sociais, emocionais e profissionais, torna-se imprescindível adotar estratégias que promovam o cuidado, o acolhimento e a humanização das relações, fortalecendo vínculos, prevenindo adoecimentos e favorecendo o bem-estar dos profissionais e estudantes.

## 10. Gestão do Cuidado Humano

O cuidado, compreendido como prática ética e relacional, implica reconhecer o outro em sua integralidade, valorizando sua história, suas emoções e suas singularidades. No contexto organizacional, essa perspectiva se traduz na promoção de uma cultura pautada na escuta ativa, na empatia, no diálogo e no respeito, elementos que contribuem para a construção de um clima institucional mais colaborativo, solidário e comprometido com o propósito educacional.

## 10. Gestão do Cuidado Humano

Nesse sentido, práticas organizacionais que promovem o reconhecimento, o desenvolvimento de potencialidades, a construção de propósito e o fortalecimento de vínculos sociais configuram-se como estratégias essenciais de cuidado, contribuindo para a valorização dos profissionais e para a consolidação de ambientes educativos mais humanizados, éticos e sustentáveis.